



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO N.º 30/2010

Institui a Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o art. 31 da Lei Complementar n.º 17, de 23 de janeiro de 1997, dispõe sobre a organização dos serviços auxiliares da justiça;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça, pela Resolução n.º. 70, de 18 de março de 2009, além de criar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, recomenda que os tribunais instituam unidade administrativa competente para elaborar, implementar e executar as ações estratégicas de cada órgão de Justiça;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 17, de 10 de dezembro de 2009, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que aprovou o Plano Estratégico para o quinquênio 2010 - 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de criação de uma unidade administrativa para assessorar o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas nas ações estratégicas supracitadas e no alinhamento, execução e acompanhamento do Plano Estratégico em vigor;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 39 da Lei n.º. 3.226, de 4 de março de 2008, lhe é assegurado o direito de auto-organização,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Fica criada, no âmbito da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a **Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica**, vinculada diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Parágrafo único - Para o funcionamento da **Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica** fica criada uma função de Assistente de Coordenador, nos termos do art. 26, II, da Lei n.º. 3.226, de 4 de março de 2008.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO N.º 30/2010

Art. 2.º - A Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica tem por função básica prestar assessoria ao Presidente do Tribunal de Justiça, para implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico, auxiliando nas atividades relacionadas à gestão do planejamento, incluindo o gerenciamento de projetos e a otimização de processos de trabalho.

Parágrafo único: Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, compete à Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica:

I - Assessorar na elaboração e atualização periódica do planejamento estratégico do Tribunal de Justiça;

II - Implantar e realizar a gestão do planejamento estratégico do Tribunal;

III - Acompanhar e avaliar o cumprimento das metas estratégicas da organização;

IV - Vincular os trabalhos ao escritório de projetos que deverá padronizar roteiro de planejamento e acompanhamento de projetos;

V - Participar do processo de elaboração da proposta orçamentária e orientar sobre prioridades do planejamento estratégico;

VI - Manter portfólio de projetos estratégicos, visando a fornecer informações rápidas sobre as iniciativas estratégicas em curso e supervisionando a gestão destas iniciativas;

VII - Promover ações de sensibilização para o planejamento estratégico;

VIII - Efetuar o alinhamento de todas as unidades de apoio e operacionais às metas estratégicas institucionais;

IX - Promover a comunicação da estratégia, bem como dos resultados alcançados, a todos os magistrados e servidores, de forma a assegurar a efetiva compreensão e o comprometimento de todos na execução do plano estratégico;

X - Participar, em conjunto com a área de gestão de pessoas, no desenvolvimento de programas de capacitação contínua de magistrados e servidores, para habilitá-los na coordenação e operacionalização do planejamento estratégico e gestão de projetos;

XI - Incentivar o reconhecimento institucional das melhores práticas e inovações organizacionais;

XII - Manter intercâmbio com outros tribunais em assuntos relacionados ao planejamento estratégico;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO N.º 30/2010

XIII - Promover a troca de experiência entre os Tribunais, identificando e compartilhando melhores práticas de trabalho;

XIV - Informar ao Departamento de Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça as iniciativas de administração bem sucedidas e que possam ser adotadas por outros tribunais,

Art. 3.º - Com vistas ao funcionamento da Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica fica destinado, para o exercício dessa unidade, um cargo de provimento em comissão (PJ-DAS), criado na forma do artigo 48 da Lei nº 3.226, de 04 de março de 2008, com a denominação de Coordenador do Planejamento e Gestão Estratégica.

Art. 4.º - O cargo de Coordenador de Planejamento e Gestão Estratégica será exercido exclusivamente por servidor de carreira do quadro efetivo do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, com formação superior em Administração, ou com curso de especialização lato ou stricto sensu na área de administração, preferencialmente em planejamento estratégico.

Parágrafo único: Para o cargo de Coordenador do Planejamento e Gestão Estratégica será atribuída a remuneração de Direção e Assessoramento Superior - PJ-DAS, constante da Tabela Anexa II, nível III, da Lei n.º 3.226, de 04 de março de 2008.

Art. 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus, 09 de setembro de 2010.

Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
Presidente

Desembargador DJALMA MARTINS DA COSTA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO N.º 30/2010

Desembargador ARNALDO CAMPELO CARPINTEIRO PÉRES

Desembargadora MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO

Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA

Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA

Desembargador YÊDO SIMÕES DE OLIVEIRA

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES

Desembargador PAULO CESAR CAMINHA E LIMA

Desembargador ARISTÓTELES LIMA THURY



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO N.º 30/2010

Desembargadora ENCARNAÇÃO DAS GRAÇAS SAMPAIO SALGADO

Desembargador JOÃO MAURO BESSA

Desembargador CLÁUDIO CÉSAR RAMALHEIRA ROESSING

Desembargador SABINO DA SILVA MARQUES